

PAULO CESAR CONRADO

Juiz Federal na Terceira Região, titular da 12ª Vara de Execuções Fiscais de São Paulo. Doutor e Mestre em Direito Tributário pela PUC/SP. Professor nos cursos de especialização e de extensão em Direito Tributário e Processual Tributário do Instituto Brasileiro de Estudos Tributários – IBET. Professor do programa de mestrado profissional da FGV Direito SP. Coordenador do “Grupo de Estudos em Direito Processual Tributário”, do IBET. Autor de livros e artigos de Direito Processual e Processual Tributário.

EXECUÇÃO FISCAL

4ª edição revista e atualizada

2020

editora e livraria
NOESES

**CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ**

**C764e
4. ed.**

**Conrado, Paulo Cesar
Execução fiscal / Paulo Cesar Conrado. - 4. ed., rev. e ampl. - São Paulo :
Noeses, 2020.**

**444 p. ; 23 cm.
ISBN 978-65-990513-1-9**

1. Direito tributário - Brasil. 2. Execução fiscal - Brasil. I. Título.

20-63374

CDU: 34:351.713(81)

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO À 4.^a EDIÇÃO	VII
APRESENTAÇÃO À 3.^a EDIÇÃO	IX
APRESENTAÇÃO À 2.^a EDIÇÃO	XI
APRESENTAÇÃO À 1.^a EDIÇÃO	XIII

Capítulo I

CONCEITOS ESSENCIAIS DE DIREITO PROCESSUAL

1.1 Jurisdição	1
1.2 Ação e tutela jurisdicional	2
1.3 Processo	2
1.4 Procedimento	3
1.5 Processo e sua classificação: retomada do conceito de <i>tutela jurisdicional</i>	5
1.6 Processo e procedimento: sofisticando a classificação	7

PAULO CESAR CONRADO

Capítulo 2**A JURISDIÇÃO NO PLANO EXECUTIVO**

2.1	Jurisdição como conceito inclusivo da ideia de execução	13
2.2	Jurisdição executiva <i>versus</i> processo executivo.....	14
2.3	Tutela executiva, sincretismo processual e processo de execução.....	16
2.4	Execução processual (título extrajudicial) e execução sincrética (documento judicialmente produzido, prescritor de obrigação a ser cumprida): panorama geral dos meios de emissão da tutela executiva.....	18
2.5	Execução fiscal: o meio de constituição do crédito respectivo como elemento definidor de sua natureza processual.....	19

Capítulo 3**EXECUÇÃO FISCAL:****LINEAMENTOS GERAIS**

3.1	Posição sistêmica	21
3.2	Definição	22
3.2.1	O sujeito ativo.....	22
3.2.2	O objeto.....	22
3.2.3	Conjugando os dois elementos.....	22
3.2.4	O (indiferente) sujeito passivo.....	24

EXECUÇÃO FISCAL

Capítulo 4

OS SUJEITOS NO PROCESSO DE EXECUÇÃO FISCAL

4.1 Introdução: o processo e suas dimensões, objetiva e subjetiva	29
4.2 O conceito de <i>parte</i> e seu canal de definição: a petição inicial.....	30
4.3 O conceito de <i>parte legítima</i> (legitimidade <i>ad causam</i>)	32
4.4 O conceito de <i>parte</i> e de <i>parte legítima</i> no âmbito executivo fiscal	32
4.5 O sujeito ativo – exequente	35
4.5.1 Casos especiais: dívida ativa do INCRA...	35
4.5.2 Casos especiais: contribuição ao FGTS....	38
4.5.3 Casos especiais: contribuição relativa ao INSS e ao FNDE após a implementação da “Receita Federal do Brasil”	40
4.6 O sujeito passivo – executado	45
4.7 Direcionamento e redirecionamento	51
4.8 Redirecionamento e PARR.....	54
4.9 Responsabilidade patrimonial <i>versus</i> responsabilidade tributária e desconsideração da personalidade jurídica	56
4.10 O incidente de desconsideração da personalidade jurídica em sede de execução fiscal.....	62
4.11 Particularidades do incidente em confronto com o regime das execuções fiscais.....	70

PAULO CESAR CONRADO

4.11.1 Efeitos materiais decorrentes do acolhimento, no mérito, do incidente e sua delimitação temporal.....	70
4.11.2 Efeitos da instauração do incidente	71
4.11.3 Efeito suspensivo da execução? Faz sentido?	72
4.12 O Ministério Público como <i>custos legis</i> na execução fiscal.....	73
4.12.1 Introdução	73
4.12.2 Funções do Ministério Público.....	74

Capítulo 5

EXECUTIVO FISCAL E SEU OBJETO

5.1 Introdução: o processo executivo fiscal em sua dimensão objetiva	85
5.2 Certidão de Dívida Ativa: como ato administrativo (“espelho” do Termo de Inscrição)	86
5.3 Certidão de Dívida Ativa: competência para sua produção	91
5.4 Os créditos alcançados pela expressão <i>dívida ativa</i>	92
5.5 A Certidão de Dívida Ativa no âmbito tributário	93
5.6 A Certidão de Dívida Ativa como título executivo	97
5.7 O especial caso do crédito tributário federal após o advento da Portaria PGFN n. 33/2018: o papel desempenhado pelo PRDI no contexto da produção da Certidão de Dívida Ativa.....	99
5.8 A especial presunção que recobre a Certidão de Dívida Ativa e as ideias de exigibilidade (eficácia fraca) e exequibilidade (eficácia forte)	104

EXECUÇÃO FISCAL

5.9	As prerrogativas outorgadas ao crédito submetido à execução fiscal.....	107
5.9.1	O art. 2º, parágrafo 8º, da Lei n. 6.830/80.	107
5.9.2	O art. 26 da Lei n. 6.830/80.....	115
5.9.3	Uma possível crítica às prerrogativas outorgadas à Fazenda Pública.....	118

Capítulo 6

COMPETÊNCIA

6.1	O inciso I do art. 109 da Constituição Federal como base geral para definição de competência em nível de execução fiscal.....	123
6.2	Pontos especiais sobre o art. 109, inciso I, da Constituição Federal.....	125
6.2.1	Sociedades de economia mista.....	125
6.2.2	Conselhos profissionais.....	125
6.2.3	O impacto gerado pelo art. 114, inciso I (Emenda Constitucional 45/2004) sobre o inciso I do art. 109: o problema das execuções pertinentes a contribuições ao FGTS	127
6.2.4	O impacto gerado pelo art. 114, inciso VII (Emenda Constitucional 45/2004) sobre o inciso I do art. 109: o problema da execução de verba decorrente de penalidade imposta ao empregador por órgãos de fiscalização das relações de trabalho.....	128
6.2.5	Cobrança de contribuições previdenciárias decorrentes de sentença trabalhista.....	129
6.2.6	Execução de ITR.....	134

PAULO CESAR CONRADO

6.3	O art. 109, inciso II, e o art. 102, inciso I, alínea e, ambos da Constituição Federal, como especial base de definição da competência da Justiça Federal e do Supremo Tribunal Federal, respectivamente, para fins de execução fiscal	135
6.4	Classificação das competências da Justiça Federal em nível executivo fiscal (segundo o critério que considera a razão que <i>inspirou</i> a Constituição Federal).....	138
6.5	Competência federal outorgada à Justiça Estadual	138
6.5.1	Os modelos pré e pós Emenda Constitucional n. 103/2019	138
6.5.2	Competência federal outorgada à Justiça Estadual no plano recursal	141
6.6	Modificação de competência e execução fiscal..	142
6.6.1	Introdução	142
6.6.2	<i>Perpetuatio jurisdictionis</i>	143
6.6.3	Competência: estática e dinâmica.....	144
6.6.4	Causas de modificação de competência ...	145
	6.6.4.1 <i>Causas gerais e causas específicas</i>	145
	6.6.4.2 <i>Inércia do réu</i>	147
	6.6.4.3 <i>Conexão e continência</i>	150
	6.6.4.4 A “nova” conexão (art. 55, parágrafo 2º, inciso I, do Código de Processo Civil de 2015).	155
	6.6.4.5 A “reunião por conveniência” (art. 28 da Lei n. 6.830/80)	158
	6.6.4.6 <i>Negócio jurídico processual em execução fiscal de crédito tributário federal (Portaria PGFN n. 742/2018) e modificação de competência</i>	158

EXECUÇÃO FISCAL

Capítulo 7

PROCEDIMENTO

7.1	Introdução.....	165
7.2	A organização fundamental do rito <i>executivo fiscal</i>	166
7.3	As duas fases fundamentais do procedimento executivo fiscal – preparatória da expropriação e propriamente expropriatória: distinção	166
7.4	Primeira fase: a preparação da expropriação....	168
7.4.1	Introdução	168
7.4.2	Pressupostos processuais de constituição	168
7.4.3	Os primeiros atos da fase preparatória: reestruturando (e complementando) o raciocínio	170
7.4.4	Os desdobramentos possíveis da fase preparatória	173
7.5	Segunda fase: a expropriação propriamente dita	176
7.5.1	Introdução	176
7.5.2	Atos integrantes da fase expropriatória...	176
7.5.2.1	<i>Garantia sob a forma de depósito ..</i>	176
7.5.2.2	<i>Garantia sob a forma de fiança ou de seguro garantia</i>	177
7.5.2.3	<i>Garantia sob a forma de penhora...</i>	178
7.6	Os embargos e seu impacto no ciclo procedimental executivo.....	180
7.6.1	Os embargos vistos como um elemento intercalar às fases preparatória e expropriatória	180

PAULO CESAR CONRADO

7.6.2 O problema da aplicação (ou não) das diretrizes procedimentais estabelecidas pela Lei n. 11.382/2006 (e mantidas pelo Código de Processo Civil de 2015).....	181
7.6.2.1 <i>Instrumentalidade (a atividade processual não é um fim em si mesma) e “efetividade executiva” como razões detonadoras da reforma do processo de execução..</i>	181
7.6.2.2 <i>A supressão da automaticidade do efeito suspensivo nos embargos à execução</i>	182
7.6.2.3 <i>A não automaticidade do efeito suspensivo nos embargos à execução, a cláusula do devido processo legal e o direito de defesa do executado.....</i>	183
7.6.2.4 <i>Efeito suspensivo nos embargos à execução: compatibilidade das condições legalmente impostas com o regime jurídico geral da cautelaridade.....</i>	185
7.6.2.5 <i>Aplicabilidade do “novo” regime às execuções fiscais.....</i>	188
7.6.3 A garantia como pressuposto dos embargos à execução fiscal e a contagem do respectivo prazo.....	199

Capítulo 8

ATOS DE CONSTRIÇÃO NO PLANO DAS EXECUÇÕES FISCAIS

8.1 Introdução: definindo penhora	203
8.2 Garantia <i>versus</i> penhora: gênero e espécie.....	204

EXECUÇÃO FISCAL

8.3 Depósito.....	205
8.4 Fiança.....	206
8.5 Seguro-garantia	210
8.6 Penhora: voltando ao tema	225
8.6.1 Ordem de incidência	226
8.6.2 Formas “peculiares” de penhora	229
8.6.2.1 Penhora on-line	229
8.6.2.2 Penhora de crédito decorrente de precatório judicial.....	236
8.6.2.3 Penhora de faturamento.....	238
8.7 Impenhorabilidade	240

Capítulo 9

A DEFESA NO PLANO EXECUTIVO FISCAL

9.1 Introdução.....	247
9.2 Embargos à execução	248
9.2.1 Natureza jurídica.....	248
9.2.2 Conteúdo.....	250
9.2.3 Efeitos do ajuizamento.....	252
9.2.4 Procedimento.....	252
9.2.5 Efeitos do julgamento dos embargos	254
9.2.6 Embargos à execução no âmbito recursal	257
9.2.7 Efeitos da apelação em embargos à execução	258
9.2.8 Honorários.....	262
9.3 Exceção de pré-executividade	266

PAULO CESAR CONRADO

9.3.1	Definição e campo de alcance	266
9.3.2	Exceção de pré-executividade <i>versus</i> embargos	269
9.3.3	Exceção de pré-executividade e sincretismo processual.....	272
9.3.4	Julgamento e recorribilidade.....	274
9.3.5	Exceção de pré-executividade e cooperação (art. 6º do Código de Processo Civil de 2015).....	275

Capítulo 10

EXECUÇÃO FISCAL E CAUTELARIDADE

10.1	Tutela cautelar: lineamentos gerais	283
10.2	Tutela cautelar geral (<i>poder geral de cautela</i>) e tutela cautelar específica	285
10.3	Medida cautelar fiscal	287
10.3.1	Definição e requisitos	287
10.3.2	Indisponibilização do patrimônio de terceiro (corresponsabilidade tributária em cautelar fiscal)	289
10.3.3	Competência (e subordinação).....	290
10.3.4	Cautelar fiscal preparatória.....	292
10.3.5	Procedimento.....	293
10.3.6	Eficácia da medida cautelar fiscal no tempo.....	295
10.3.7	Eventual transcendência da medida cautelar fiscal	296

EXECUÇÃO FISCAL

10.4 Cautelaridade relacionada à defesa.....	297
10.5 Antecipação de garantia em nível administrativo: a inovação trazida pela Portaria PGFN n. 33/2018....	304

Capítulo 11

EXECUÇÃO FISCAL EM CONFRONTO COM OUTRAS CATEGORIAS PROCESSUAIS TRIBUTÁRIAS

11.1 Processualidade tributária exacional e antiexacional	309
11.2 As diversas possibilidades processuais tributárias antiexacionais e o conceito de <i>positivação</i>	311
11.3 O momento em que a atuação processual se celebra como critério de determinação do tipo antiexacional	315
11.4 Modos antiexacionais de processualidade: uma visão geral	316
11.5 Primeiro confronto: ação preventiva (declaratória ou mandado de segurança) e execução fiscal ..	317
11.6 Segundo confronto: ação judicial repressiva (anulatória ou mandado de segurança) e execução fiscal.....	319
11.7 E se a execução com a qual a anulatória “dialoga” estiver em fase de embargos?	320
11.8 Terceiro confronto: repetição e execução fiscal	321
11.9 Quarto confronto: processo administrativo e execução fiscal.....	322
11.10 O art. 38 da Lei n. 6.830/80	328

PAULO CESAR CONRADO

11.11 O “Pedido de Revisão de Débitos Inscritos” (Portaria PGFN n. 33/2018).....	332
11.12 Recuperação judicial e execução fiscal.....	334

Capítulo 12

EXECUÇÃO FISCAL E PRESCRIÇÃO

12.1 Prescrição, “prescrição fiscal” e prescrição tributária.....	343
12.2 “Prescrição fiscal” e seu termo inicial.....	344
12.3 Prescrição intercorrente.....	345
12.4 Prescrição intercorrente “especial”: a que deriva da prévia aplicação do art. 40 da Lei n. 6.830/80	347
12.5 Cognoscibilidade <i>ex officio</i> da prescrição intercorrente.....	348
12.6 O art. 2º, parágrafo 3º, da Lei n. 6.830/80.....	351
12.7 Prescrição (e decadência) em relação às contribuições previdenciárias (arts. 45 e 46 da Lei n. 8.212/91).....	355
12.8 A contagem da prescrição em nível tributário: da inscrição ao despacho.....	355
12.9 A contagem da prescrição intercorrente inclusive nos casos abarcados pelo REsp 1.340.553/RS..	366
12.10 A prescrição para o redirecionamento: quarta hipótese.....	370

EXECUÇÃO FISCAL

Capítulo 13**FORMAS “PARALELAS” DE SATISFAÇÃO DO
CRÉDITO FAZENDÁRIO**

13.1	Introdução.....	375
13.2	Cobrança em sentido próprio (“direta”) e cobrança “indireta” (estímulo à voluntariedade).....	376
13.3	Estímulos sancionatórios <i>versus</i> virtual inexigibilidade do crédito fazendário	378
13.4	Execução passiva	380
13.5	A compensação instituída pela Emenda Constitucional n. 62/2009	381
13.6	A transação da Lei n. 13.988/2020 (MP 899/2019)	386
13.7	Execução fiscal administrativa	388
13.8	O protesto da Certidão de Dívida Ativa	399
13.9	Negócio jurídico processual.....	403
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	407